



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 05 • 12 a 18/03/2006 • ISSN 1809-6182

Análises

17/03/2006 – Iniciaram-se as negociações para a adesão da Turquia à EU...p.01

Passados 42 anos desde que a Turquia manifestou interesse em aderir ao bloco regional europeu, em 03 de outubro de 2005, líderes dos 25 Estados membros da UE consentiram em dar início às negociações para a adesão do país. Entretanto, acredita-se que sua efetivação se dê, de fato, somente em 2013. Analisam-se também os possíveis desdobramentos da entrada da Turquia na UE.

15/03/2006 – Nigéria e a questão petrolífera.....p.10

Militantes do Movimento de Emancipação do Delta do Níger (MEND, sigla em inglês) seqüestra nove trabalhadores da Willbros, subsidiária da joint venture da Shell na Nigéria. O país é o maior produtor de petróleo do continente africano e conta com várias empresas estrangeiras atuando nesse setor. Mas atos criminosos prejudicam a infraestrutura do setor petrolífero do país.

Resenhas

16/03/2006 – Encontro anual do BID ocorrerá em Belo Horizontep.13

Belo Horizonte sediará, entre os dias 03 e 05 de abril, a 47ª reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a 21ª Reunião Anual da Assembléia de Governadores da Corporação Interamericana de Investimentos. Instituições financeiras, empresariais e governamentais de todo o mundo participarão do encontro, que pela primeira vez, reservará um espaço também para as instituições privadas.

07/03/2006 – Morre Slobodan Milosevic p.15

O ex-Presidente da antiga Iugoslávia, Slobodan Milosevic, é encontrado morto em sua cela na prisão do Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia. Acusado de crimes de guerra, contra a humanidade e genocídio, Milosevic não chegou a ver o fim do seu julgamento, que ocorreria daqui a quatro meses. Sua morte pode representar um novo rumo para a região dos Bálcãs.

09/03/2006 – Questão nuclear iraniana é remetida ao Conselho de Segurançap.17

Após uma reunião de três dias da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em Vienna, o Diretor Geral da AIEA, Mohamed ElBaradei, decidiu transferir a questão nuclear iraniana ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU). Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China se reúnem para decidir futuras ações do Conselho em relação ao programa nuclear.

Iniciaram-se as negociações para a adesão da Turquia à UE

Análise
Economia e Comércio / Desenvolvimento/ Integração Regional

Jéssica Naime
17 de março de 2006

Passados 42 anos desde que a Turquia manifestou interesse em aderir ao bloco regional europeu, em 03 de outubro de 2005, líderes dos 25 Estados membros da UE consentiram em dar início às negociações para a adesão do país. Entretanto, acredita-se que sua efetivação se dê, de fato, somente em 2013. Analisam-se também os possíveis desdobramentos da entrada da Turquia na UE.

Em 03 de outubro de 2005, líderes dos 25 Estados membros da União Européia (UE) deram início oficialmente às negociações para adesão da Turquia ao bloco. A confirmação veio após 42 anos desde que a Turquia manifestou pela primeira vez a intenção de fazer parte da organização.

Em reunião em Copenhague, Dinamarca, ainda em 2002, líderes dos Estados membros haviam se comprometido a iniciar num futuro próximo as negociações, já que a Turquia vinha progredindo no sentido de se adaptar às condições [vide seção adiante] para se tornar membro.

Em dezembro de 2005, após a publicação de um relatório pela Comissão Européia [ver [União Européia: estrutura institucional](#)] que monitorava a evolução de Ancara, sede do governo turco, com relação às devidas reformas, estabeleceu-se em 03 de outubro de 2005 o marco inicial para seu processo de adesão. Contudo, nas vésperas do evento, a Áustria manifestou objeções à adesão da Turquia, sugerindo como alternativa um acordo especial de parceria. Viena alegou que algumas questões deveriam ser

levadas em conta quanto ao alargamento e aprofundamento do bloco, como o fato de que em nenhum país da UE há o apoio da maioria da população à adesão turca, como também as recentes derrotas em referendos na França e Holanda do Tratado Constitucional [ver [A vitória do Não nos referendos populares francês e holandês](#)].

Reuniões de emergência foram realizadas no domingo, 02 de outubro, para que se pudesse resolver o impasse. Isso porque, segundo normas da UE, para a aceitação de novo membro é necessária unanimidade. Por sua vez, o governo turco declarou que somente estaria presente na reunião de 03 de outubro, após ter garantias de que lhe seria oferecida a adesão completa. E ameaçou abandonar o processo caso fosse proposto outro formato de participação turca que não sua integração total.

Após negociações, Viena finalmente cedeu sua posição e pôde ser dado início ao processo de adesão turca. Alguns observadores internacionais acreditam que a concessão austríaca estaria ligada à decisão da UE de também dar início às discussões acerca da entrada de sua parceira, a Croácia.

Apesar de ter sido dado o primeiro passo, espera-se que o processo de negociação perdure por pelo menos uma década. Isso se deve ao fato de que a Turquia ainda precisa realizar reformas substantivas rumo aos padrões europeus, condições imperativas para sua adesão efetiva.

Histórico do processo

A Turquia candidatou-se pela primeira vez a membro associado da então Comunidade Econômica Européia em 1957 e teve a ratificação do acordo concluída em 1963, já com perspectivas futuras de integração total. Em 1987, requisitou a vaga de membro efetivo, que foi rejeitada inicialmente dado seu baixo desempenho econômico e histórico de violação aos direitos humanos. Contudo, sua elegibilidade a membro foi confirmada, e em 1989 foi aprovada pela Comissão Européia e endossada pelo Conselho Europeu em 1990. Em 1996, finalmente, a Turquia foi inserida na união alfandegária européia [ver Glossário: integração, níveis de]. Maiores níveis de integração turca dependeriam de seus avanços econômicos e em relação aos direitos humanos rumo aos padrões da organização européia.

Em 1999, na reunião do Conselho Europeu em Helsinki, Finlândia, a Grécia, pela primeira vez, retirou suas objeções à entrada da Turquia, que, em contrapartida, concordou em cooperar para solucionar a questão da divisão política do Chipre. Tal fato viabilizou seu reconhecimento formal como candidata a membro integral da UE, juntamente com outros 13 países – os membros da PECO (Países da Europa Central e Oriental). Destes, somente 10 foram integrados no processo de alargamento em 2004 [ver União Européia: histórico]. Bulgária, Romênia e Turquia tiveram seus processos adiados, sendo que os dois primeiros já estão confirmados para efetivamente tornarem-se membros em 2007.

A adesão turca foi adiada em função de

seu baixo desempenho em atender aos critérios de elegibilidade. Na reunião do Conselho Europeu em Copenhague, em dezembro de 2002, decidiu-se que a UE iria iniciar negociações com a Turquia se, na próxima reunião em dezembro de 2004, se constatassem progressos no sentido de os turcos atenderem aos critérios políticos recomendados, decisão essa que estaria baseada em informações de monitoramento do relatório da Comissão Européia.

Desde então, a Turquia tem avançado. Apoiou o plano das Nações Unidas para reunificação do Chipre, apesar de ter rejeitado todos os esforços anteriores. Ratificou o sexto protocolo da Convenção Européia sobre Direitos Humanos, o que significaria que estaria abolindo a pena de morte para crimes de toda natureza, inclusive em tempos de guerra. Aliviou a pressão sobre os curdos, adotando medidas no sentido de demonstrar sua inclusão social, que foram, todavia, ínfimas frente ao que se deve alcançar. Buscou estabilizar a economia, reduzindo para 6% uma inflação anual de 75%, ao que parece, encerrando um período de três décadas de hiperinflação.

Em resposta a tais eventos, a Comissão Européia finalmente recomendou aos líderes da União Européia, na reunião em dezembro de 2004, que o processo de negociação deveria então se iniciar em 03 de outubro de 2005.

Apesar da confirmação, a entrada da Turquia ainda precisa ser ratificada por processos democráticos próprios a cada Estado membro, seja pela via parlamentar, ou pelo referendo popular, como é o caso da França e da relutante Áustria. Ademais, será necessário que Ancara defina suas perspectivas financeiras até 2014 antes que as negociações sejam concluídas.

Crítérios de Adesão

Em linhas gerais, expor-se-á os critérios de

adesão que deverão ser atendidos pelos candidatos a membro da União Européia. Tais condições refletem os valores comuns de tal comunidade e são impostas com o intuito de se buscar uma aproximação entre as práticas e condutas dos candidatos com as dos atuais membros.

Esses critérios estão embasados em valores que devem ser comuns a todas as partes da união, e podem ser resumidos, basicamente, em democracia, regulamentação, estabilidade econômica e capacidade de adoção da legislação comunitária. A observância desses critérios por todos os membros possibilita uma maior estabilidade entre suas relações, redução dos riscos referentes às transações de toda sorte e maior aprofundamento no nível de integração, uma vez que se tem a homogeneização das práticas.

Tais princípios culminaram em três critérios de adesão, a saber¹:

- **Critério político:** presença de instituições estáveis, que garantam a democracia, o Estado de Direito, os direitos humanos, o respeito pelas minorias e a sua proteção;
- **Critério econômico:** existência de uma economia de mercado em funcionamento, capaz de fazer face à pressão da concorrência e às forças de mercado no interior da UE.
- **Critério da adoção do acervo comunitário:** capacidade do país candidato de assumir as obrigações decorrentes da união política, econômica e monetária.

Questões centrais intervenientes no processo

Muito se tem discutido acerca desta possível entrada da Turquia na União

Européia. Alguns observadores do processo de integração europeu afirmam que é improvável um retrocesso por parte da instituição uma vez que esta e seus candidatos a membro, ao longo de sua história, têm mostrado flexibilidade em formatar arranjos para a transição. Entretanto, há ainda algumas questões que podem se colocar como entrave à inserção turca numa comunidade européia, e que exigiriam da candidata Turquia mudanças internas significativas.

Além disso, sua entrada na UE envolve uma série de questionamentos, além de certa resistência e até mesmo desaprovação por parte de alguns governos e população europeus. Uma pesquisa realizada às vésperas da reunião de Copenhague, em dezembro de 2002, constatou que somente 46% da população européia aprovava a adesão turca. Já na Turquia, diz-se que muitos têm se sentido de alguma forma enganados por causa das constantes postergações e condicionalidades colocadas à sua entrada na UE.

As possíveis motivações para tal rejeição por parte dos europeus abrangem desde a diferença cultural – o país possui maioria muçulmana e algumas das leis do Estado estão embasadas em preceitos islâmicos –, sua economia relativamente pobre, seu histórico de violação de direitos humanos, e até a influência dos militares na política.

Possíveis obstáculos à integraçãoTurca

Dentre as questões específicas que têm embasado o argumento de críticos e eurocéticos², e que podem se configurar como entraves à adesão turca, identificam-

¹ Informações retiradas do artigo *Discutindo a viabilidade da inclusão da Turquia na União Européia*, de Iara Diniz e Luana Novais.

² O Euroceticismo refere-se à discordância ou descrença com relação aos objetivos de integração da União Européia. Tradicionalmente, Reino Unido, Suécia e Dinamarca possuem as maiores taxas de eurocéticos. Paradoxalmente, com relação à inserção turca, o governo britânico tem se mostrado como um dos maiores entusiastas e apoiadores.

se:

(a) **O impasse secular entre Turquia e Grécia, que remonta à guerra helênica pela independência do Império Turco-Otomano, em 1829, a qual culminou na dizimação de parcela considerável de gregos.** Atualmente, o embate entre esses Estados concerne à questão da atual República do Chipre.

A ilha de Chipre, cuja população originalmente é de origem helênica, foi ocupada pelo Império Otomano em 1571 e esteve sob seu controle até 1878, quando através de um acordo este foi transferido aos britânicos. Desde então já havia movimentos dentre os cipriotas em favor de uma união da ilha com a Grécia, uma vez que a maioria da população da ilha é de origem grega (78% contra 18% de origem turca).

Em 1914 o Reino Unido anexou o Chipre, no contexto da I Guerra Mundial. Em 1923, com a fundação da atual República da Turquia, seu novo governo reconheceu formalmente o controle britânico sobre a região, e em 1925 foi declarada uma colônia da coroa.

Movimentos em prol da união com a Grécia continuaram. As décadas de 30 e 40 foram marcadas por insurgências e rebeliões. Os britânicos, por sua vez, reagiram enviando reforços militares, suspendendo a Constituição, instaurando censura à imprensa, banindo partidos políticos e exilando 1931 pessoas.

A guerrilha instaurou-se durante a década de 50, e em 1960 um acordo foi obtido entre o Reino Unido, e as duas pátrias-mãe culturais da população cipriota: Grécia e Turquia. Aprovou-se uma Constituição e assumiram um presidente de origem grega e um vice de origem turca. O país buscou então adotar uma política de não-alinhamento, até que em 1974, uma ala da direita pró-enosis³

promoveu um golpe de estado apoiado pelo governo grego. A Turquia, então, invade a ilha alegando a proteção da minoria de origem turca. O conflito culminou com a separação entre as populações: os de origem turca acabaram ocupando o norte, e os gregos a grande parte sulista da ilha.

Em 1983, os turcos do Norte proclamaram o que se denominou República Turca do Norte do Chipre, instalando governo e parlamento, e que é reconhecida até hoje e somente pela Turquia. Desde então, nenhum acordo duradouro foi alcançado, apesar de as Nações Unidas terem tentado intervir.

Oficialmente, é amplamente reconhecida a República do Chipre, que em tese englobaria todo o território ilhéu e cuja administração emanaria do governo instalado na parte grega do sul. Em dezembro de 2002, a União Européia convidou o Chipre para fazer parte do bloco, alegando o propósito de promover finalmente a união das duas etnias. A adesão foi consumada em 2004, mas na prática se refere somente à parte grega do sul.

A Turquia se recusa a reconhecer a República do Chipre como Estado independente. E esse é justamente um dos entraves à sua adesão à UE, pois o não reconhecimento amplo e irrestrito da outra parte tecnicamente nulifica qualquer negociação com o bloco. Ademais, as forças armadas turcas ainda ocupam o norte cipriota, o que significaria ocupar ilegalmente o território de um atual Estado membro da UE.

Some-se a isso o que tem sido chamada de Crise do Mar Egeu. O termo vem sendo utilizado pela Grécia para denotar uma série de impasses com a Turquia de cunho diplomático e geoestratégico, protagonizados no Mar Egeu. Os gregos reivindicam como parte do território nacional 10 milhas do espaço aéreo além

³ Enosis é o termo utilizado para referenciar a preferência pela união do território cipriota com a Grécia, dadas as similaridades culturais e

étnicas.

costa. Os turcos têm realizado operações aéreas nessa área alegando ser espaço aéreo internacional. Atividades navais não autorizadas também são fatores de tensão entre os dois países, e considerando que a maioria das ilhas situadas no Mar Egeu pertence à Grécia, esta aponta os avanços navais turcos como desrespeito à sua soberania. E ainda ressaltam que o início de problemas desse gênero ocorreu com as incursões turcas à ilha cipriota na década de 70.

(b) O embargo econômico e o fechamento das fronteiras impostos pela Turquia à Armênia por causa do conflito entre esta e o Azerbaijão acerca de Nagorno-Karabakh.

O impasse surgiu logo após a Revolução Russa de 1917, quando da separação da Federação Transcaucasiana e seu conseqüente desmembramento em Estados, quais sejam Geórgia, Armênia e Azerbaijão. Nesta ocasião, o Azerbaijão declarou soberania sobre a província de Nagorno-Karabakh e foi então apoiado pelo Império Turco-Otomano na busca de reconhecimento internacional de sua reivindicação. Apesar de o Império Otomano ter sido derrotado na II Guerra Mundial, em 1919 os aliados reconheceram o controle azerbaijani sobre o território.

Entretanto, em Karabakh 76% da população é de origem armênia e isso explica sua proximidade étnica, cultural e até mesmo política com o país. Baseado nesses fatos, a Armênia reivindica a anexação da região ao seu território, e desde 1991, quando da independência dos Estados da Transcaucásia após a queda do regime soviético, ocupa militarmente Karabakh.

Um conflito se instaurou na região entre armênios e azerbaijanis, e os turcos, em apoio a estes últimos, fechou sua fronteira e declarou embargo a Armênia.

Contudo, um referendo realizado entre os armênios de Nagorno-Karabakh mostrou que a esmagadora maioria era a favor de

um Estado independente. [Para mais informações acerca deste conflito, ver [O conflito em Nagorno-Karabakh](#)]

A questão permanece sem solução, e os turcos mantêm seu apoio aos azerbaijanis. O trancamento de fronteiras e o embargo tem sido um problema para a entrada da Turquia na UE, na medida em que se tem declarado que tal comportamento não condiz com os valores da união. Inclusive um dos relatórios que discute a inserção turca afirma que o país deve tomar medidas no sentido de resolver a situação antes de uma eventual adesão.

(c) Geograficamente falando, somente 3% do território da Turquia encontra-se de fato na Europa. A adesão turca significaria uma enorme expansão das fronteiras da União Européia, que alcançaria o Oriente Médio, fazendo divisa com a Síria, o Iraque, o Irã e o Cáucaso. Regiões as quais sua instabilidade política e problemas relacionados a conflitos étnicos são bastante conhecidos. Tal expansão acarretaria também, pela primeira vez, a incorporação de um país de enorme maioria muçulmana, o que para muitos representaria um problema alegadas as diferenças étnicas e culturais. Seria o primeiro Estado majoritariamente islâmico a adentrar um grupo de cristãos e tal fato pode ter contribuído para certo nível de rejeição por parte de muitos europeus.

(d) Os impactos com relação ao tamanho do Estado turco e sua relativa condição de pobreza. Com a entrada da Turquia, haveria uma expansão em termos de população quase equivalente ao alargamento de 2004, no qual 10 novos membros foram incorporados. Apesar de a entrada desses novos membros ter imposto à UE a necessidade de contornar possíveis problemas relacionados à também relativa pobreza de suas populações, a entrada turca coloca novos desafios nesse sentido, e questiona-se o enorme esforço a ser feito para absorver tamanho país. Teme-se pela sua economia

instável e seu histórico de longos períodos de recessão econômica, bem como pelo aumento do fluxo de massas de imigrantes pobres em busca de melhores condições de vida nos países mais ricos da UE.

Particularmente na Alemanha, a questão da imigração turca gera controvérsias. Muitos afirmam que a entrada de mão-de-obra imigrante é vital para a sobrevivência da indústria alemã, e que também o é a expansão de mercado consumidor. De outro lado, existe uma forte oposição conservadora contra a adesão turca, alegando que isso traria forte intensificação da imigração no país, que hoje já representa um montante de 2,5 milhões de turcos. É preciso, no entanto, lembrar que a Alemanha é o mais importante parceiro comercial da Turquia na Europa, o que poderia facilitar o apoio deste concernente às negociações para sua adesão.

Cogita-se também que a inclusão da Turquia, com características culturais diferentes e economia relativamente pobre, poderia comprometer futuros processos de aprofundamento da União Européia, o que poderia forçá-la a se reduzir a apenas uma área de livre mercado, inviabilizando a concretização de um projeto de integração cultural e político maior.

(e) O grande poder político da Turquia uma vez inserida na UE. Isso porque implicaria a incorporação de 70 milhões de turcos como cidadãos europeus, o que significaria que sua representação no Parlamento Europeu seria a segunda maior em número de representantes, posicionando-se logo atrás da Alemanha. Dada a taxa de crescimento da população turca, teme-se que em função desta, sua representatividade parlamentar chegue a ultrapassar a dos alemães quando de sua efetiva adesão no futuro.

(f) A Turquia é um país tradicionalmente membro da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, mantendo

relações próximas com os Estado Unidos, que tem sido um dos maiores apoiadores de sua candidatura à UE. Segundo a percepção de alguns Estados membros europeus, e nesse caso encontra-se especialmente a França, a UE deveria alcançar maior independência política dos Estados Unidos e nesse sentido a entrada da Turquia seria indesejada. De outra perspectiva, países como o Reino Unido teriam sua posição fortalecida dentro do bloco, e não surpreendentemente é um dos membros que mais apóia a entrada turca na UE.

(g) Duvida-se do real comprometimento da Turquia com a democracia e outras posturas com relação aos direitos humanos, direitos de minoria e igualdade de gêneros. A busca pelo direito à liberdade de expressão tem sido enfatizada em relatórios europeus quando se trata de critérios para a adesão turca. A questão dos curdos também tem sido bastante discutida, uma vez que esse povo, de minoria étnica no país, não possui os mesmos direitos da maioria.

Em tempos recentes, o problema teve origem com a adoção da Constituição da República da Turquia em 1923, que manifestava o objetivo de criação de um Estado turco homogêneo, e para tanto foram proibidas as organizações nacionais curdas bem como manifestações culturais desse povo. Desde então, os direitos culturais dessa minoria étnica vêm sendo negligenciados pelo governo turco, que oficialmente não reconhece um problema curdo no país, mas percebe o conflito como uma questão socioeconômica na região sudeste de seu território.

Recentemente, conforme recomendado pela UE, progressos têm sido feitos nesse sentido, como a criação de algumas poucas escolas que adotam o idioma curdo e a transmissão de um programa de televisão semanal, veiculado pela emissora estatal turca, também no mesmo idioma, o kurmandji. Todavia muito se tem questionado sobre a profundidade dessas mudanças e discute-se que isso

poderia ser apenas maquiagem para demonstrar o comprometimento com os critérios de elegibilidade europeus.

A não separação entre Estado e religião também tem sido vista como um problema. O governo emprega autoridades religiosas na burocracia pública e tem financiado a ida de líderes religiosos para outros Estados membros europeus nos quais habitam turcos, o que tem sido percebido como interferência externa em questões domésticas.

A legalidade da poligamia no Estado turco também contradiz os princípios de igualdade de gênero. O país assinou a Declaração do Cairo sobre Direitos Humanos no Islã, a qual afirma que os sistemas legais deveriam ser definidos de acordo com a Sharia, conjunto de preceitos da religião islâmica relacionados à atividade política e econômica, contratos comerciais, como também a questões da vida cotidiana, relações sociais, dentre outros. A Corte Européia de Direitos Humanos classificou os preceitos da Sharia como incompatíveis com os princípios universais de direitos humanos e igualdade de gênero, e condenou sua adoção pelo Estado turco.

Pontos favoráveis à adesão turca

Sob outra ótica, parte do que muitos consideram como obstáculos à inserção turca na UE pode ser interpretada como vantagens para o processo de integração. Na realidade, pesquisas realizadas no escopo do bloco europeu apontam que os ganhos com o alargamento ultrapassam os custos. E nesse contexto a Turquia é um importante país a ser integrado.

Inicialmente pode-se considerar a ampliação de mercado consumidor para os produtos europeus atrelada à possibilidade de expansão das empresas para novos territórios com mão-de-obra abundante e custos de produção mais reduzidos. Além disso, a incorporação de um país com considerável taxa de natalidade representa a oportunidade de

repor força de trabalho em uma Europa que tem observado crescentes índices de envelhecimento da população e aumento dos custos previdenciários.

A inserção de novas empresas ao bloco de integração poderia também levar a um aumento da concorrência e a um maior fortalecimento e crescimento da economia comunitária.

O conflito com a Grécia pode vir a ser resolvido uma vez que a Turquia aderir ao bloco, já que haverá mecanismos de coerção e sanção para constranger certos comportamentos de Estados membros. Baseado nisso, a Grécia tem sido um dos maiores entusiastas à integração turca.

Há quem afirme que acerca dessa questão existem dois padrões de análise. Se o fato de parte da Turquia estar geograficamente fora da Europa, também o está o Chipre, que é considerado território asiático. Se a economia relativamente pobre da Turquia poderia ser um peso a ser absorvido pela economia comunitária, também o será da Bulgária e Romênia, que se encontram no mesmo patamar turco.

Com relação às diferenças culturais e religiosas, e os problemas que poderiam advir disso, Fred Halliday, professor de Relações Internacionais da *London School of Economics*, afirma que é preciso considerar as origens históricas da Turquia frente ao contexto europeu. Ele lembra que “as origens cultural, lingüística e religiosa dos europeus residem em Roma e na Grécia e são mais antigas que o Cristianismo. (...) Mais que isso, o Cristianismo e o Judaísmo não são, de nenhuma forma, de raízes européias, mas originadas e desenvolvidas no Oriente Médio”.

Segue com seu argumento apontando que “os impérios muçulmanos – em particular o Otomano, precursor dos turcos – apresentam um histórico de tolerância com judeus e outras minorias maior do que o catolicismo na Europa. De fato, a permanente população judia em território do Estado turco moderno, descendentes dos que foram expulsos pela Espanha

cristã em 1492, é evidência de um dos melhores históricos de tolerância com judeus”.

Com esses argumentos, Halliday tenta confrontar os daqueles que tentam justificar a não inserção turca baseado em critérios de diferenças culturais e religiosas.

Nesse sentido, mesmo essas supostas diferenças podem se transformar em trunfos. Alguns acreditam que a inserção turca pode melhorar o diálogo com países como Irã, Síria e Iraque, viabilizando acordos com o Oriente, além de representar um incremento em termos de segurança, já que a Turquia, com seu potencial militar e uma vez na UE, pode lidar melhor com eventuais conflitos na região fronteiriça do bloco com esses países. Ademais, acredita-se que ao adotar os valores e acervo comunitários, a Turquia possa representar um exemplo de padrões democráticos para o Oriente Médio.

Ainda em relação à força militar turca, sua estrutura e instalações podem ser estratégicas para as intenções européias em promover uma política de defesa comum no futuro, considerando também a instabilidades que se observa em alguns de seus países vizinhos.

Sua majoritária população muçulmana, ao ser incorporada ao bloco europeu, pode reforçar o ideal de multi-culturalismo que a UE pretende transparecer, o que poderia ajudar a evitar futuros choques interculturais. Ao se mostrar aberta às diferenças, cria-se um ambiente mais favorável para negociações.

A Turquia é produtor de petróleo, além de possuir acesso direto a outros grandes produtores do Oriente Médio, o que pode facilitar as negociações comerciais da *commodity*, além do potencial de reduzir seu custo de transação.

Pelo lado contrário, os benefícios para o Estado turco da adesão são inegáveis. Para citar os mais evidentes, seus cidadãos

terão acesso ao mercado de trabalho europeu, receberá auxílio financeiro para melhorias estruturais e institucionais, sendo que estas últimas, ao serem remodeladas, poderão proporcionar melhores serviços à população, regulação e estabilidade da economia, crescimento do setor privado e dos fluxos financeiros, dentre outros.

A questão reside somente na disposição de o Estado turco alterar procedimentos, leis e normas, rumo à incorporação de valores ocidentais para então ser inserido no bloco.

Considerações Finais

O que alguns analistas têm questionado é a real vontade política de Ancara em realizar tais mudanças. Apesar de o governo turco, do Presidente Recep Tayyip Erdogan, reafirmar seu intuito em tornar-se membro, certa lentidão na implementação de reformas tem sido interpretada como evidência de que a Turquia começa a questionar sua relação com a União Européia. Há quem afirme a possibilidade de Ancara propor alguma forma de parceria especial ao invés de adesão completa, dentre os próximos anos.

A quantidade e profundidade das reformas, segundo analistas do Instituto *Civilitas Research*, ao longo dos anos, evidenciou que o processo de adesão envolveria uma reflexão sobre as noções de soberania e controle nacional sobre as políticas a serem implementadas. Em um país cuja população apresenta um alto grau de patriotismo – de acordo com o *Pew Research Center* – tal fato tem causado inquietações. Isso pode ter refletido, em grande medida, em um declínio da aprovação popular à inserção do país na UE, passando dos anteriores 70% (maio de 2004) a atuais 60% (outubro de 2005).

Referência

HALLIDAY, Fred. Turkey and the hypocrisies of Europe. Disponível em www.openDemocracy.net. Acesso em 03 out 2005.

DINIZ, Iara e NOVAIS, Luana. Discutindo a viabilidade de inclusão da Turquia na União Européia. In: Fronteira, vol 2, nº4 Dez, 2003. Belo Horizonte: Pucminas.

Sites:

BBC News

www.newsbbc.co.uk

Civilitas Research

www.civilitasresearch.org

Eurobarometer / Comissão Européia

www.europa.eu.int

Wikipedia

www.wikipedia.org

Ver também:

24/02/2006 - [O conflito em Nagorno-Karabakh](#)

04/08/2005 - [União Européia: estrutura institucional](#)

13/07/2005 - [A vitória do Não nos referendos populares francês e holandês](#)

17/06/2005 - [União Européia: histórico](#)

08/04/2005 - [Referendos populares na Europa: ratificação de uma constituição européia?](#)

09/09/2004 - [Tensão no Cáucaso](#)

Nigéria e a questão petrolífera

Análise
Segurança / Economia e Comércio

Wesley Robert Pereira
15 de março de 2006

Militantes do Movimento de Emancipação do Delta do Níger (MEND, sigla em inglês) seqüestra nove trabalhadores da Willbros, subsidiária da *joint venture* da Shell na Nigéria. O país é o maior produtor de petróleo do continente africano e conta com várias empresas estrangeiras atuando nesse setor. Mas atos criminosos prejudicam a infraestrutura do setor petrolífero do país.

A Nigéria, o Estado mais populoso da África, é composto por mais de 250 grupos étnicos. Dentro do país há rivalidades entre as regiões leste e oeste, norte e sul, comunidades muçulmanas e cristãs e entre estados possuidores de reservas petrolíferas e estados desprovidos da exploração desses recursos.

Em 18 de fevereiro de 2006, nove trabalhadores da empresa estadunidense *Williams Brothers Company* (Willbros) foram seqüestrados pelo Movimento para Emancipação do Delta do Níger (MEND, sigla em inglês), região com grande concentração do petróleo nigeriano. A Willbros é uma subsidiária da *joint venture* da Royal Dutch Shell na Nigéria e opera o terminal de exportação de petróleo em Forcados, entre outras responsabilidades.

A região do Delta do Rio Níger é onde se encontra a maior parte do sistema de produção de petróleo nigeriano. Segundo o relatório de março de 2006 da Agência de Informação sobre Energia (EIA, sigla em inglês), essa região tem tido sua infraestrutura freqüentemente atacada. Em outubro de 2005, um oleoduto foi destruído resultando na morte de mais de 60 pessoas. Um gasoduto da Shell foi dinamitado em dezembro de 2005 e no mês seguinte a empresa teve o oleoduto

que liga seus campos petrolíferos ao terminal de Forcados atacado.

A Nigéria é o maior produtor e exportador de petróleo da África e o oitavo maior produtor mundial. A Shell é o maior grupo no setor petrolífero do país e em janeiro e fevereiro de 2006 teve, respectivamente, quatro e nove trabalhadores ligados à empresa seqüestrados. Os quatro primeiros já foram libertados e dos nove seqüestrados seis foram libertados em 03 de março de 2006.

Esses seqüestros tiveram como consequência o corte, por parte da Shell, do carregamento da plataforma petroleira na costa oeste africana via o terminal de Forcados. O MEND assumiu a autoria dos seqüestros e informou a sua demanda pela libertação de dois homens da etnia ijaw por parte do governo.

Os vários grupos militantes na região do Delta do Rio Níger têm lutado contra o governo e as companhias petrolíferas por uma maior parcela das receitas advindas da exploração do petróleo, assim como compensações pelos prejuízos ambientais. As milícias da região tem estado em luta por quinze anos e nem a retomada da democracia em 1999 foi capaz de trazer estabilidade ao país e um acordo para o compartilhamento dos seus recursos entre

os vários grupos étnicos. Dos 128 milhões de habitantes do país, 29% pertencem à etnia hausa e fulani, 21% de yorubas, 18% de ibos, 10% de ijaws, 4% de kanuris, 3,5% de ibibios e 2,5 de tivs.

Segundo Rory Carroll, correspondente para a África do jornal *The Guardian*, os militantes tem endurecido suas ações contra companhias de petróleo estrangeiras acusando-as de colaboração com o governo corrupto da Nigéria.

Organização do setor petrolífero da Nigéria

A *Nigerian National Petroleum Corporation* (NNPC) foi criada em 1977 com a função primordial de regulamentar a indústria de petróleo naquele momento. Em 1988, o governo da Nigéria dividiu a NNPC em 12 companhias subsidiárias para facilitar a administração da indústria petrolífera no país.

Como já comentado, a maior parte do petróleo nigeriano é encontrado ao longo do Delta do Rio Níger. Os maiores projetos de petróleo e de gás (95%) estão estabelecidos em parcerias como *joint ventures*¹ em que a NNPC é a maior acionista. A Shell opera a maior *joint venture* através da *Shell Petroleum Development Company* (SPDC) e produz em média 1,1 milhão de um total nigeriano de 2,4 milhões de petróleo cru por dia.

A dependência econômica do mercado de petróleo é bastane significativa. Noventa e oito por cento de suas exportações são referentes à *commodity* [ver glossário].

¹ *Joint venture* é a associação de empresas, não definitiva, com vistas à exploração de determinados negócios num dado mercado, sem a perda das suas personalidades jurídicas. Esse instrumento é uma etapa anterior a uma possível participação societária e, na verdade, a conexão destas se dá por interesses convergentes.

Além disso, noventa e cinco por cento das receitas do governo também são referentes ao petróleo.

O país exporta o petróleo cru e importa boa parte de sua demanda interna. Há seis terminais de exportação: Forcados e Bonny (Shell), Escravos e Pennington (Chevron), Quae Iboe (ExxonMobil) e o de Brass (Agip). Segundo o relatório da EIA, a capacidade de refinamento nigeriano não é capaz de suprir a demanda interna. As quatro maiores refinarias, todas estatais, possuem uma capacidade instalada de refinar 439 mil barris de petróleo por dia (bp/d). Porém, devido a problemas de sabotagem, destruição, administração débil e falta de manutenção regular tornam as refinarias capazes de refinar apenas 214 mil (bp/d). O país gasta US \$2 bilhões em importação dos produtos do petróleo, mas o governo está fazendo concessão para construir refinarias privadas no país e o projeto da primeira já contaria com o refinamento de 120 mil (bp/d). Mas até o presente momento, a Nigéria depende do refinamento de seu petróleo na Europa e Estados Unidos da América (EUA).

País de democracia recente (1999), a Nigéria convive com problemas de ordem político-econômica e de governabilidade. O petróleo é fundamental para a economia do país e vários grupos lutam pelo compartilhamento das receitas desse recurso. A sabotagem e ataques à indústria do petróleo comprometem o projeto de desenvolvimento do governo, o qual depende das receitas da exploração do petróleo. Contudo, o emprego de mão-de-obra, um dos componentes do desenvolvimento, não será muito relevante para a contribuição em tal projeto uma vez que as empresas petrolíferas no país são intensivas em capital.

Por ser membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a Nigéria possui uma cota de produção de petróleo anual estipulada pela

organização. Porém, o governo nigeriano, nos últimos anos, tem insistido na política de aumento dessa produção. Em 2005, o país produziu 2,4 milhões (bp/d) e, devido aos novos projetos, o governo pretende alcançar em 2006 três milhões (bp/d), contrário do estipulado pela OPEP, cuja a cota de produção é de até 2,4 milhões (bp/d). Como presidente da OPEP, a partir de janeiro de 2006, o Ministro de Estado para o Petróleo na Nigéria, Edmund Daukoru, tem dois problemas em mãos: manter a coesão referente às cotas de produção de petróleo de seus membros, enquanto seu país possui projetos de aumento da capacidade da produção.

Há 36 bilhões de barris de petróleo (2005) no país, o que o torna a 11ª maior reserva mundial comprovada. Com os atuais incentivos do governo nigeriano para investimentos no país pode aumentar a quantidade de reservas de petróleo comprovadas devido a investimentos de tecnologia em busca de novas reservas.

A desarmonia entre a política da OPEP e a política do governo nigeriano é um incentivo a investimentos externos no setor petrolífero do país. Isso porque o mercado de recursos energéticos está muito atraente nos últimos anos devido ao preço elevado da *commodity* petróleo e sua exploração estar bastante rentável para as companhias de petróleo. Além disso, o petróleo é uma mercadoria base para qualquer crescimento econômico.

A China, segundo maior consumidor de petróleo mundial [ver [Hu Jintao Aumenta seu Poder na China; A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento](#)], acertou um acordo com a Nigéria, em dezembro de 2004, para suprir a demanda chinesa por petróleo pelos próximos cinco anos em 30 mil (bp/d). A própria Shell, empresa que vem sofrendo hostilidades dos grupos militantes na Nigéria, anunciou um projeto em seu campo petrolífero de *Bonga Deepwater*, em

novembro de 2005, que acrescentará à produção nigeriana 225 mil (bp/d).

Referência

Sites:

Agência de Informação sobre Energia

<http://www.eia.doe.gov/>

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)

<http://www.opec.org/home/>

ROTBURG, Robert I. **Failed States, Collapsed States, and Weak States: Causes and Indicators**. Disponível em

<http://www.brookings.edu>

Royal Dutch Shell

<http://www.shell.com/home/Framework?siteId=home>

Terra Notícias

<http://noticias.terra.com.br/>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk/>

The World Factbook (CIA)

<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/index.html>

Willbros

<http://www.willbros.com/fw/main/default.asp>

Ver também:

20/09/2004 - [Sudão chama a atenção do sistema ONU](#)

24/09/2004 - [Hu Jintao Aumenta seu Poder na China](#)

20/09/2005 - [A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento](#)

Encontro anual do BID ocorrerá em Belo Horizonte

Resenha
Economia e Comércio/ Integração regional

Fernanda Assunção Soares
16 de março de 2006

Belo Horizonte sediará, entre os dias 03 e 05 de abril, a 47ª reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a 21ª Reunião Anual da Assembléia de Governadores da Corporação Interamericana de Investimentos. Instituições financeiras, empresariais e governamentais de todo o mundo participarão do encontro, que pela primeira vez, reservará um espaço também para as instituições privadas.

Entre os dias 3 e 5 de abril de 2006 ocorrerá, em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, a 47ª Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a 21ª Reunião Anual da Assembléia de Governadores da Corporação Interamericana de Investimentos.

Ambas as reuniões contarão com a presença de ministros da área econômica, presidentes de Bancos Centrais (que integram a comunidade de governadores do BID), instituições financeiras multilaterais, agências de desenvolvimento e bancos de desenvolvimento e comerciais. Pela primeira vez o encontro anual não será unicamente direcionado ao setor público, contando com a presença, mediante convite especial, de empresas e outras organizações do setor privado. No evento, instituições privadas terão espaço reservado no mesmo complexo onde ocorrerão os seminários e as reuniões plenárias.

O BID, fundado em 1959, é integrado hoje por 47 países, e tem como principal

objetivo proporcionar financiamento aos Estados em desenvolvimento da América para que executem projetos nas mais diferentes áreas. No que se refere aos recursos para empréstimos, a maior parte é levantada junto aos mercados internacionais de capital, sendo que o restante provém dos governos, seja sob a forma de capital subscrito no Banco, seja como contribuições para financiar fundos administrados pelo BID.

Tais financiamentos são providos desde que em consonância com a missão do BID, que seria de desenvolver meios para a redução da pobreza, de promover o desenvolvimento econômico e social, e de fortalecer as instituições democráticas nos países da América Latina e Caribe.

Na 47ª reunião, os governadores do BID devem discutir sobre a recuperação das economias latino-americanas e a necessidade de incentivo ao crescimento de longo prazo nestas economias. Também estará em pauta alternativas de reestruturação para a instituição. Tal necessidade é posta em causa após a mudança na presidência, em julho de 2005, quando o colombiano Luis Alberto



Moreno substituiu Enrique Iglesias, que por 17 anos foi presidente do organismo.

Também devem estar em pauta questões sobre a flexibilização de regras de financiamento do Banco. O Brasil, assim como alguns outros países, têm interesse em que o BID eleve o limite de financiamento que pode ser direcionado ao setor privado. Hoje o teto é de 10% do capital da instituição.

Ainda no que se refere às regras de financiamento, será discutido a autorização para que o BID empreste em moeda local. O desafio, segundo o secretário de assuntos internacionais do Ministério do Planejamento, Pontes de Miranda, frente a essa formatação dos financiamentos, seria buscar uma forma de dividir os custos do risco cambial, sem ter de recorrer a instrumentos tradicionais de *hedge*¹, considerados muito onerosos.

Outro grande tema em discussão será o novo cenário político na América Latina, marcado pela ascensão de governos esquerdistas na região: Michele Bachelet no Chile e Evo Morales na Bolívia. Segundo Roberto Setubal, um dos maiores banqueiros brasileiros, “o governo Lula ensinou aos investidores que esquerda no poder não significa política econômica heterodoxa”.

O encontro dos governadores (ministros das finanças e planejamento dos 47 países membros), será precedido de uma reunião de entidades da sociedade civil, que iniciará em 29 de março de 2006, e tratará de temas como inovação tecnológica e meio-ambiente. A expectativa é que cerca de 5000 pessoas participem dos eventos.

¹ uma estratégia de *hedging* consiste em realizar um determinado investimento com o objetivo específico de reduzir ou eliminar o risco de outro investimento ou transação.

Referência

Sites:

BID CII 2006

<http://www.bid-2006.com.br>

Folha On Line

<http://www.folha.uol.com.br/>

IDB

<http://www.iadb.org/>

Morre Slobodan Milosevic

Resenha
Integração Regional/ Segurança

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
16 de março de 2006

O ex-Presidente da antiga Iugoslávia, Slobodan Milosevic, é encontrado morto em sua cela na prisão do Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia. Acusado de crimes de guerra, contra a humanidade e genocídio, Milosevic não chegou a ver o fim do seu julgamento, que ocorreria daqui a quatro meses. Sua morte pode representar um novo rumo para a região dos Bálcãs.

Slobodan Milosevic, o ex-Presidente da antiga Iugoslávia, morreu em sua cela na prisão no Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia na Holanda, no dia 11 de março de 2006. A causa de sua morte, segundo a autópsia realizada posteriormente, teria sido ataque cardíaco.

De acordo com um comunicado oficial do TPI, seu corpo teria sido encontrado por um guarda e, imediatamente após a descoberta, a polícia holandesa teria sido acionada para realizar uma autópsia e para que as investigações acerca de sua morte pudessem começar.

Milosevic sofria de problemas no coração e de pressão arterial alta, o que levou inclusive a interrupção de seu julgamento repetidas vezes. Seu advogado, Steven Kay, designado pelo próprio TPI para sua defesa, afirmou que o estado de saúde do ex-presidente vinha piorando, tendo inclusive requerido junto ao tribunal uma autorização para que Milosevic pudesse ser tratado na Rússia¹.

Contudo, temendo que o ex-presidente não retornasse à Haia, o TPI rejeitou o

pedido, apesar das garantias do governo russo.

Além disso, posteriormente à morte de Milosevic, o tribunal também rejeitou o pedido para que a autópsia do corpo fosse realizada em Moscou, o que vem desencadeando na família de Milosevic o sentimento de que o tribunal seria o responsável pela morte do ex-presidente, uma vez que teria lhe negado a possibilidade de um tratamento médico adequado e estaria tentando encobrir a verdadeira causa da morte.

A família de Milosevic chegou a solicitar o cancelamento da necropsia do corpo, contudo, a mesma foi realizada no dia 12 de março de 2006 por médicos legistas holandeses, na presença de patologistas sérvios. Os resultados apontaram como causa da morte um infarto no miocárdio.

Os resultados do exame toxicológico ainda não foram divulgados. Contudo, as suspeitas de envenenamento ou mesmo auto-medicação não estão descartadas. Isso em função de uma carta que Milosevic teria escrito no dia anterior a sua morte, na qual relatava seu temor de estar sendo envenenado por meio de sua medicação. Existe também a suspeita de que Milosevic estivesse fazendo uso de medicamentos que cortassem os efeitos do tratamento para hipertensão, como forma

¹ Rússia e Iugoslávia eram antigos aliados e seus povos pertencem a mesma etnia, ambos são eslavos.

de forçar sua transferência para Moscou.

O ex-presidente vinha sendo julgado desde fevereiro de 2002 pelos crimes cometidos durante os três conflitos ocorridos na antiga Iugoslávia na década de 1990 - Croácia (1991-1995), Bósnia-Herzegovina (1992-1995) e Kosovo (1998-1999). Milosevic se defendia das acusações de que apoiava e mesmo ordenava o uso da força e da violência por parte das forças sérvias, dizendo que não era responsável pelas ações das forças militares.

O ex-presidente iugoslavo foi o primeiro chefe de estado a responder por acusações de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, colocando à prova a capacidade das Nações Unidas e da própria Europa de agir militarmente no sentido de encerrar uma guerra envolvendo limpeza étnica em território europeu.

Sua morte pode significar um novo rumo nas relações entre a Sérvia e Montenegro² e a Europa. Segundo Javier Solana, representante da União Européia (UE) para a política externa, a morte do ex-Presidente iugoslavo Slobodan Milosevic significa que "a Sérvia e Montenegro terá a chance de olhar para o futuro e deixar de olhar para trás". Segundo Solana, ainda seria cedo para fazer projeções acerca do ingresso da Sérvia e Montenegro na UE, contudo, afirmou que espera que "signifique politicamente" para Belgrado o reencontro de seu caminho rumo à "perspectiva européia".

Carla Del Ponte, Promotora-chefe do TPI para a ex-Iugoslávia, veio a público lamentar a morte de Milosevic a poucos meses do fim do seu julgamento. Segundo ela, a morte de Milosevic "priva as vítimas da justiça de que elas precisam e merecem".

² Sérvia e Montenegro são as últimas unidades federais restantes da República Federal da Iugoslávia.

Milosevic será enterrado em Belgrado no dia 17 de março de 2006, sem quaisquer honras de estado. Até lá, seu caixão ficará exposto em local público.

O Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia foi estabelecido pela resolução 827 das Nações Unidas, em maio de 1993. Sediado em Haia na Holanda, o tribunal é o primeiro organismo internacional para crimes de guerra desde Nuremberg (Alemanha) e Tóquio (Japão), tendo caráter *ad hoc*, ou seja, temporário, se desfazendo com o término do julgamento.

Em 1996, a Sociedade de Vítimas dos Conflitos da Bósnia-Herzegovina e da Croácia solicitou a este tribunal que fosse julgada a responsabilidade de Milosevic nos crimes de guerra, contra a humanidade e de genocídio cometidos durante os conflitos da década de 1990. No documento de solicitação, destaca-se que durante os conflitos na Croácia e na Bósnia-Herzegovina, mais de 300 mil pessoas foram mortas, cerca de 100 mil mulheres estupradas e 4 milhões de civis desalojados e feitos refugiados.

Referência

Sites:

BBC Brasil –

<http://www.bbcbrasil.com.br/>

BBC News –

<http://www.bbc.co.uk/>

Deutsche Welle –

<http://www.dw-world.de/>

Folha Online –

<http://www.folhaonline.com.br/>

The Guardian –

<http://www.guardian.co.uk/>

The Washington Post –

<http://www.washingtonpost.com/>

Questão nuclear iraniana é remetida ao Conselho de Segurança

Resenha
Segurança

Rafaella Arruda Melo Pereira
15 de março de 2006

Após uma reunião de três dias da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em Vienna, o Diretor Geral da AIEA, Mohamed ElBaradei, decidiu transferir a questão nuclear iraniana ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU). Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China se reúnem para decidir futuras ações do Conselho em relação ao programa nuclear do Irã.

O Diretor Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Mohamed ElBaradei, decidiu, no dia 08 de março de 2006, transferir o programa nuclear iraniano à apreciação do Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas (ONU). Tal decisão se deu após a aprovação pelo Conselho de Governadores da AIEA, em fevereiro de 2006, da resolução que permitia a denúncia do caso ao Conselho. [ver também: [Programa nuclear iraniano pode ser levado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas](#)]

A decisão tomada após três dias de reunião da AIEA em Vienna significa a possibilidade de que se imponham sanções econômicas e políticas ao Irã caso esse não desista de seu programa de enriquecimento de urânio. Segundo o governo dos Estados Unidos (EUA), que no dia 15 de março de 2006 prorrogou por mais um ano as sanções impostas sobre o Irã, incluindo a proibição de que empresas americanas negociem ou invistam no território iraniano, o programa do país destina-se à fabricação de armamentos nucleares e não a fins pacíficos como defendem as autoridades do país.

Durante a reunião dos cinco membros

permanentes do CS com poder de veto, (Estados Unidos, Reino Unido, França, China e Rússia) ocorrida no dia 10 de março de 2006, EUA, Reino Unido e França permaneceram em desacordo com Rússia e China no que se refere ao papel que o Conselho deve desempenhar para pressionar o Irã em relação à condução de sua atividade nuclear.

O rascunho de uma proposta feita pelos países europeus e apresentada durante a reunião sugere que o Irã interrompa a construção de seus reatores de água ligeira e de seu programa de enriquecimento de urânio, além de ratificar e implementar o protocolo adicional do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) do qual é signatário. Apesar de não se referir diretamente à ameaça de medidas punitivas contra o Irã, o esboço refere-se à possibilidade de futuras medidas do CS caso o país mantenha seu programa nuclear da forma como tem sido conduzido atualmente. Diplomatas europeus e estadunidenses disseram planejar, também, a adoção de algumas ações relacionadas aos artigos do capítulo 7 da Carta da ONU que dizem respeito à imposição de sanções e mesmo de uso de força militar contra o Irã, caso o país se negue a cooperar com a AIEA.

Segundo autoridades britânicas, embora ainda não existam evidências concretas quanto à capacidade de desenvolvimento de armamentos nucleares por parte do Irã, o atual comportamento do país gera suspeitas substanciais. Ainda assim, o Ministro das Relações Exteriores britânico, Jack Straw, admite que qualquer medida tomada contra o Irã deverá levar em conta o mais forte consenso internacional possível.

Por sua vez, China e Rússia continuam sugerindo maiores negociações em relação à questão iraniana, recusando-se a dizer se aceitam ou não a proposta apresentada por França e Reino Unido.

A Rússia, que no fim de 2005 propôs ao Irã a transferência de seu programa de enriquecimento de urânio para território russo, afirmou que mesmo diante da negação iraniana em relação à proposta, anunciada em 12 de março de 2006, a oferta se manterá. Enquanto que para o Diretor da Agência Atômica da Rússia (Rosatom), Serguei Kirienko, "a proposta é um mecanismo que permite achar um compromisso entre as posições do Irã e a da AIEA", o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores iraniano, Hamid Reza Asefi, diz que "a proposta russa não está mais em nossa agenda. As circunstâncias mudaram. Temos de esperar e ver como as coisas se darão (no Conselho de Segurança)".

Para o ministro das Relações Exteriores iraniano, Manouchehr Mottaki, o país também não tem como intenção usar o petróleo como mecanismo de confrontação internacional, privando a Ásia do fornecimento de recursos energéticos de que necessita. O Irã, como 2º maior país exportador do recurso, "não usará o petróleo como instrumento de política externa", disse Mottaki contradizendo o anterior discurso do Ministro do Interior iraniano que afirmava exatamente o oposto. Mottaki admite que o país continuará reforçando seu direito ao acesso à tecnologia nuclear,

beneficiando-se de seu papel como signatário do TNP, embora, caso tenha seu direito negado, o ministro admita que o país buscará revisar a política atualmente adotada.

O presidente do Irã, o conservador Mahmoud Ahmadinejd, afirma que ninguém poderá privar seu país do direito de desenvolver tecnologia nuclear pacífica, ratificando a continuidade de seus projetos mesmo diante do atual impasse internacional.

A próxima reunião dos EUA, Reino Unido, França, China e Rússia (a primeira considerada formal desde que o caso iraniano foi destinado às negociações no Conselho de Segurança) ocorrerá no dia 17 de março de 2006 e terá como meta permitir avanços quanto ao impasse nuclear, definindo futuras ações e discutindo anteriores propostas.

Referência

Sites:

AIEA News

<http://www.iaea.org>

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha On-line

<http://www.folhaonline.com.br>

International Herald Tribune

<http://www.iht.com>

Tehran Times

<http://www.tehrantimes.com>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Ver também:

- 09/02/2006 - [Programa nuclear iraniano é levado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas](#)
- 10/12/2005 - [Retomada das negociações no Irã](#)
- 29/09/2005 - [Resolução européia sobre o Irã é aprovada na AIEA](#)
- 14/09/2005 - [Resolução da Agência Internacional de Energia atômica sobre o Irã acirra debate nuclear](#)
- 05/09/2005 - [A pressão estadunidense sobre o programa nuclear iraniano](#)
- 29/08/2005 - [Irã retoma atividade nuclear](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Andressa Lima; Carolina Dantas Nogueira; Fernanda Assunção Soares; Jéssica Naime; Rafaella Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>